

ATA DA REUNIÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

No dia treze de abril de dois mil e vinte e um, as dezoito horas e dez minutos, foi realizada a reunião do plano de mobilidade urbana do município de Joaçaba de forma online, contando com a presença da Srta. Gislaine Luvizão, Srta. Maria Olivia Belotto, Sr. Ricardo Massignani e o Sr. Wilton Werner Zukowski e a equipe técnica do CINCATARINA, Sr. Gustavo Marcondes e Srta. Mayara Zago. A presente ata destaca os principais pontos apresentados na reunião, que iniciou com o Sr. Gustavo saudando os presentes e informando o objetivo de dar continuidade aos debates iniciados na reunião de 06/04/2021, tendo questionado se Srta. Gislaine havia conseguido finalizar a leitura do material e se restou alguma dúvida referente aos assuntos. A Srta. Gislaine perguntou qual versão da NBR 9050 foi utilizada na elaboração do plano, obtendo como resposta da Srta. Mayara que foi utilizada a de 2020, entretanto, a srta. Gislaine informou que houve algumas alterações na errata de 2021, mas não sabe se algum item impactaria o plano. Ficando acordado que este conteúdo será verificado, e caso haja alterações o documento será atualizado. Seguidamente a Srta. Mayara apresentou a primeira pauta da reunião, sobre o quadro de estimativas de investimentos por prazo, onde foi solicitado na reunião anterior uma nova forma para apresentar a tabela, e após alterações, ficou dividida por ações (estudos, pesquisas e planos complementares, pedestres, bicicleta, transporte coletivo, cargas e mercadorias e circulação viária) e metas (curto, médio e longo prazo) com as respectivas estimativas de custos, perguntando se resta alguma dúvida e se aprovaram o fato dela ser adicionada no final do documento eixo de estratégias como um apêndice, vinculado a tabela de metas e ações. A Srta. Gislaine aprovou a estrutura da tabela, no entanto se preocupa com o fato das estimativa de custo de mobiliários urbanos estarem presente apenas no curto prazo, já que outros itens, como calçadas por exemplo, estão distribuídas nos três prazos. A Srta. Mayara explicou que o valor apresentado é especificadamente dos parklets, e se todos concordarem o termo mobiliários urbanos poderia ser alterado para parklets, para que fique mais claro, sendo isso aprovado por todos os membros da comissão. O Sr. Ricardo complementou ainda que a tabela está bem explicativa, passando uma visão bem segmentada e identificando em quais prazos cada ação deve ser executada. A segunda pauta foi sobre os cenários das pontes, onde o Sr. Wilton adicionou ciclovias unidirecionais em ambos os lados da via, ficando com aproximadamente 1,50 metros cada. Enfatizando o fato de serem apenas projeções de cenários, elaboradas com o objetivo de exemplificar que as intervenções devem atender a todos os modais de transporte, porém, salienta que o programa utilizado é limitado e não permite a criação de muitos itens. O Sr. Gustavo perguntou se há algum comentário a respeito dos cenários, e a Srta. Gislaine apontou a necessidade de incluir as travessias nas imagens, pois, em algum momento deve ocorrer a conexão entre as ciclovias e quando o material for apresentado para o público, iriam notar a ausência desses itens. A Srta. Mayara comentou a possibilidade de a equipe do CINCATARINA adicionar estes itens nas imagens. O Sr. Gustavo perguntou se todos são a favor da inclusão

Inovação e Modernização na Gestão Pública

dos cenários com a retificação das travessias, obtendo um sim de todos os membros como resposta. A terceira pauta é sobre o documento eixo de estratégias, onde foi solicitado se há alguma dúvida relacionada ao conteúdo final do documento, já debatido em outras reuniões, e caso não houvesse mais dúvidas, se este poderia ser colocado em votação. A Srta. Gislaine informou que o conteúdo está bom, no entanto seria necessária uma última revisão, voltada para a formatação. A Srta. Mayara esclareceu que será feita esta última revisão e posteriormente encaminhado para a comissão. O Sr. Ricardo mencionou o fato de ter feito uma revisão rápida da errata de 2021 da NBR 9050, não tendo encontrado nada que venha a interferir no plano, contudo aconselha que seja realizado uma análise mais minuciosa, sobre o conteúdo dos textos, afirmou não restar dúvidas. O Sr. Wilton fez o uso da palavra para elogiar a organização dos textos e pedir se pode apresentar para a população alguns itens do plano no dia 27 de abril na Câmara de Vereadores, onde será debatido um projeto de lei de ciclovias. Assim todos os presentes aprovaram o documento eixo de estratégias. A Srta. Mayara, em resposta ao sr. Wilton, enfatizou que como o documento já foi aprovado pela comissão considera importante falar sobre o tema com a população, para entrar na próxima pauta, a Srta. Mayara ainda questionou a comissão a respeito da minuta de lei de mobilidade urbana, pedindo se poderiam apresentar um esboço da estrutura da lei. O Sr. Ricardo considera bom adentrar nas intenções da lei, pois o documento eixo de estratégias já está aprovado e considera necessário marcar uma reunião com o setor jurídico e o prefeito para haver uma explanação sobre o projeto de lei. O Sr. Gustavo lembrou que a princípio foi feito apenas um esboço e o objetivo é trazer o eixo de estratégias para a lei, dividindo-a a em: conceituação, disposições preliminares, definições, princípios, objetivos gerais, objetivos específicos (pedestres, bicicleta, transporte coletivo, das cargas e mercadorias, circulação viária, requalificação urbana), diretrizes, metas e ações, instrumentos de participação democrática, princípios orientadores, programa de planejamento, fiscalização e avaliação (poder executivo municipal, participação popular - conselho municipal de mobilidade urbana, audiências e conferências públicas, projeto de iniciativa popular), financiamentos e disposições finais. A Srta. Mayara falou que a princípio, a lei havia sido aberta como a estrutura do eixo de estratégias, mas desta forma não ficaria tão compreensível, pois não seria técnico como o documento, com imagens, cartogramas, cenários e desenhos esquemáticos de completção do conteúdo. Optando então por apresentar os objetivos específicos separados por eixos e as diretrizes, metas e ações sendo direcionadas para o documento eixo de estratégias, tornando-o parte integrante da lei como anexo, que servirá de base para as regulamentações específicas. O Sr. Gustavo, destacou o objetivo da lei de complementar e legalizar o trabalho já realizado, entrando no tema de instrumentos de participação democrática, onde os artigos 14 e 15 da política nacional determinam que deve haver a participação popular por meio do poder executivo, sociedade civil e os órgãos operadores de serviços, incluindo ainda os membros do conselho da cidade. Essa composição irá formar o conselho municipal de mobilidade urbana de Joaçaba, entretanto, esta comissão terá poder meramente consultivo, para que não ocorra conflitos de poderes entre eles e o conselho da cidade,

Inovação e Modernização na Gestão Pública

até porque, as verbas oriundas da outorga onerosa e o direito de preempção são gerenciados pelo conselho da cidade, ou seja, ambos os conselhos estarão vinculados. Posteriormente a Srta. Gislaine anunciou o pedido de saída do Sr. Marco Aurélio Bissani da comissão de elaboração do plano de mobilidade urbana. Encaminhando ao grupo de WhatsApp da comissão que alguns dos seus apontamentos sobre o material não foram atendidos. O Sr. Gustavo pediu se todos concordam em analisar este tema e debatê-lo em outro momento. O Sr. Ricardo afirmou achar melhor não misturar os temas, e perguntou se como as atribuições do conselho de mobilidade são similares ao do conselho de trânsito, um não extinguiria o outro, e se ele seria parte integrante do conselho da cidade, pois se fosse, teria que alterar alguns tópicos do plano diretor. O Sr. Gustavo respondeu que o conselho de mobilidade teria poder consultivo, tendo a liberdade de apresentar projetos e pedir financiamentos, cabendo ao conselho da cidade as decisões, o conselho da cidade ainda deveria consultá-lo a respeito de temas relacionados a mobilidade urbana antes de deliberar sobre o assunto. O Sr. Ricardo supôs a criação de uma ponte, questionando para qual comissão a demanda seria passada. Como resposta, obteve que iria primeiramente para o conselho da cidade e depois para o de mobilidade (teria a função de dar um parecer técnico sobre o assunto, embasando a decisão do conselho da cidade). O Sr. Ricardo achou interessante a proposta e pediu para ser criado um fluxograma para facilitar o entendimento destes trâmites. A Srta. Mayara considera a proposta boa, pois assim terão opiniões técnicas específicas sobre o tema para embasarem as intervenções. O Sr. Wilton perguntou se este conselho seria apenas consultivo, pois atualmente o conselho de trânsito tem poder deliberativo. O Sr. Gustavo declarou não ter analisado o conselho de trânsito, mas se for passada as atribuições do conselho de trânsito para o de mobilidade, daria para torná-lo deliberativo em determinados temas. O Sr. Wilton apresentou a sua preocupação com relação as atribuições das comissões, onde não podem ocorrer divergências, pois assim dificultaria o encaminhamento das demandas. O Sr. Gustavo assegurou que está análise será realizada e na próxima reunião pretende trazer os artigos. A Srta. Gislaine concordou com a criação deste conselho, já que o conselho da cidade abrange muitas atribuições e talvez os seus membros não tenham conhecimento técnico suficiente para justificar as intervenções de mobilidade urbana. O Sr. Ricardo falou que deve ser observado qual a estrutura mínima do plano nacional de mobilidade, com o intuito de conseguir tirar do papel todas as intervenções já debatidas, considerando viável manter o conselho de mobilidade em vez do de trânsito. O Sr. Wilton declarou a respeito dos locais para estacionamentos e trocas de modais, onde em conversa com construtores percebeu que consideram inviável a construção de edifícios garagem pelo custo dos terrenos, entretanto, se houvesse um incentivo, como por exemplo aumentar a taxa de ocupação, estas construções se tornariam vantajosas, sugerindo incluir no plano diretor esta possibilidade. Por fim, observou que os comentários encaminhados pelo Sr. Marco Aurélio Bissani, justificando a sua retirada da comissão, foram praticamente todos incluídos no plano, exceto a menção ao parque linear do Rio do Tigre. A Srta. Gislaine afirmou que consegue o projeto inicial do parque linear para poder encaminhar para o

Inovação e Modernização na Gestão Pública

CINCATARINA, enfatizando que um dos colaboradores da proposta foi o Sr. Marco Aurélio Bissani. A Srta. Mayara comentou ser interessante ter acesso a esse documento para poder ser analisado e marcou a próxima reunião para o dia 20/04/2021 as dezesseis horas e trinta minutos. O Sr. Gustavo informou que a pauta da reunião será a lei de mobilidade urbana, colocando em questão se acham interessante manter o diagnóstico como material anexo da lei, visto que este é um apoio técnico a elaboração do plano, entretanto a resposta poderia ficar para o próximo encontro. O Sr. Ricardo concordou, afirmando ainda não ter um posicionamento a respeito do tema. Dando assim por encerrada a reunião. Fraiburgo, quinze de abril de dois mil e vinte e um.

Inovação e Modernização na Gestão Pública

 CNPJ: 12.075.748/0001-32
 www.cincatarina.sc.gov.br
 cincatarina@cincatarina.sc.gov.br

 **Sede do CINCATARINA**
Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 13º Andar, Sala 1305, Bairro Canto
Florianópolis/Estado de Santa Catarina – CEP 88.070-800
Telefone: (48) 3380 1620

 **Central Executiva do CINCATARINA**
Rua Nereu Ramos, 761, 1º Andar, Sala 01, Centro
Fraiburgo/Estado de Santa Catarina – CEP 89.580-000
Telefone: (48) 3380 1621